

A Inserção da Ásia Socialista nas Cadeias Globais de Valor

Marcos Vinícius Mercês Mattos¹
marcos.mattos01@fatec.sp.gov.br

Lígia Duarte Guerra¹
ligia.querra@fatec.sp.gov.br

The Insertion of Socialist Asia in Global Value Chains

La inserción de Asia socialista en las cadenas globales de valor

Palavras-chave:

CGVs.
Ásia Socialista.
Liberalização.
Transição.
Pós-socialistas.

Keywords:

CGVs.
Socialist Ásia.
Liberalization.
Transition.
Post-Socialist.

Palabras clave:

Cadenas de Valor
Mundiales.
Asia Socialista.
Liberalización.
Transición.
Postsocialistas.

Enviado em:

05 novembro, 2023

Apresentado em:

05 dezembro, 2023

Publicado em:

setembro, 2024

Evento:

6^o EnGeTec

Local do evento:

Fatec Zona Leste

Avaliadores:

Antonio Minhoto
Ecio Aparecido Ricci



Resumo:

Embora a fragmentação da produção ao redor do mundo não seja um fenômeno recente, o declínio do modelo soviético e o fim do bloco do leste certamente significaram uma mudança drástica no mundo: a transição de diversas economias, anteriormente planejadas, e a abertura de seus mercados ao comércio exterior e aos investimentos estrangeiros. Este artigo tem como objetivo explorar as formas como esse fenômeno se materializou especificamente nos países asiáticos, abordando tanto as experiências socialistas que faziam parte da União Soviética quanto aquelas que mantinham certa independência da federação, fator esse que se mostrou importante em determinar o tipo de respostas adotadas pelos seus governos a partir de meados dos anos 80 e como isso impactou em suas economias, preservando alguns setores ao mesmo tempo que abria mão ou incentivava outros. Em geral, os países analisados se agrupam em dois conjuntos diferentes: aqueles que sofreram uma desindustrialização intensa e apenas reforçaram sua posição como exportadores de commodities, principalmente minerais ou energéticas, e aqueles que adotaram uma abordagem gradual e atraíram indústrias manufatureiras que voltavam sua produção à exportação.

Abstract:

While the fragmentation of production around the world is not a recent phenomenon, the decline of the Soviet model and the end of the Eastern Bloc certainly marked a drastic change in the world: the transition of several economies, previously planned, and the opening of their markets to foreign trade and foreign investments. This article aims to explore how this phenomenon specifically manifested in Asian countries, addressing both the socialist experiences that were part of the Soviet Union and those that maintained a certain independence from the federation. This factor proved to be important in determining the type of responses adopted by their governments from the mid-80s and how it impacted their economies, preserving some sectors while relinquishing or encouraging others. In general, the analyzed countries fall into two different groups: those that underwent intense deindustrialization and only reinforced their position as exporters of commodities, mainly minerals or energy, and those that adopted a gradual approach and attracted manufacturing industries that oriented their production towards export.

Resumen:

Si bien la fragmentación de la producción en todo el mundo no es un fenómeno reciente, el declive del modelo soviético y el fin del bloque del Este significaron sin duda un cambio drástico en el mundo: la transición de varias economías, previamente planificada, y la apertura de sus mercados al comercio exterior y a la inversión extranjera. Este artículo tiene como objetivo explorar las formas en que este fenómeno se materializó específicamente en los países asiáticos, abordando tanto las experiencias socialistas que formaron parte de la Unión Soviética como aquellas que mantuvieron cierta independencia de la federación, factor que resultó importante para determinar el tipo de respuestas adoptadas por sus gobiernos a partir de mediados de los años 80 y cómo esto impactó en sus economías. preservando algunos sectores mientras se renuncia o se fomenta otros. En general, los países analizados se agrupan en dos grupos diferentes: los que han experimentado una intensa desindustrialización y no han hecho más que reforzar su posición como exportadores de materias primas, principalmente minerales o energía, y los que han adoptado un enfoque gradual y han atraído a industrias manufactureras que han volcado su producción a la exportación.

¹ FATEC Zona Leste

1. Introdução

O final dos anos 80 e o começo dos anos 90 foram palco de uma série de fenômenos que alteraram de maneira dramática o cenário global. O início da fragmentação da União Soviética e do Pacto de Varsóvia trouxeram mudanças muito mais profundas que as reformas até então propostas pela classe política soviética, como a Glasnost e principalmente a Perestroika, e conseqüentemente, com a instabilidade oriunda da má gestão econômica, a crise política por ela desencadeada e diversos outros fatores, a desintegração do segundo mundo, dentro da lógica dos Três Mundos existentes naquele contexto multipolar. Por mais que o período não tenha sido capaz de capitular todas as experiências socialistas dos países que existiam até então compunham esse bloco alternativo, ele foi um ponto final nas economias centralmente planejadas.

A forma com que esse processo se deu, todavia, não foi síncrono e muito menos único, ainda que possam se traçar paralelos entre os diferentes efeitos e maneiras que eles se deram, assim como as políticas implementadas para efetuar essa transição para uma economia de mercado, seja ela uma ruptura com o sistema socialista, o modelo mais comum no Bloco do Leste, seja com uma abordagem gradual. Como já evidenciado Herrshel (2006), tanto o processo de mudança quanto os resultados dessa transição são frutos da interação entre três diferentes fatores: primeiro, a origem dessas mudanças, se foram realizadas de cima para baixo ou de baixo para cima, e seu grau de legitimidade em decorrência disso; segundo, a velocidade em que essa mudança se deu, se foi uma abordagem mais gradualista ou através do choque; e em terceiro, a profundidade dessa transição, o quão abrangente ela foi.

Dessa forma, por meio desse artigo devemos responder uma questão importante: como se deram e quais foram os efeitos dessas transições de um modelo socialista, centralmente planejados, nos países asiáticos para uma economia de mercado e sua inserção nas cadeias globais de valor.

2. Fundamentação Teórica

2.1. AS ECONOMIAS SOCIALISTAS DE ONTEM E DE HOJE

Enquanto a palavra “socialismo” possa ser usada para descrever diferentes formas de organização social e econômica na história, ainda que como ideias basais, modelos heterodoxos ou apenas formas que se assemelham à propriedade coletiva dos meios de produção, isso pode ser ilustrado por algumas perspectivas da literatura islâmica sobre riqueza, Shariati (1972) expõe a dicotomia da monarquia romana e persa em contraposição ao surgimento de uma nova de organização — vindoura dos árabes da Península — que não possuía “diferença entre o governante e o governado, comandante e comandado, mestre e escravo” e que também aponta que uma importante liderança do início do califado, *Abu Dhar*, denunciou o acúmulo de capital, riquezas, ouro e prata que deveria ser igualmente dividido pelos fiéis. O mesmo paralelo pode ser encontrado dentro da doutrina cristã e das primeiras comunidades que adotaram essa fé em particular, ainda que essa prática tenha deixado de existir fora do contexto monástico com o tempo, mas que refletiu no surgimento do socialismo cristão que é base de muitos movimentos políticos europeus. Todavia, nenhum desses exemplos eram enxergados pelas pessoas que neles estavam envolvidos como exemplos de socialismo, a palavra toma o atual sentido no início do século XIX na Europa, com o surgimento dos primeiros grupos socialistas autoconscientes nos anos 20 e 30 e que vieram a se tornar aquilo que se é referido como socialismo utópico, em contraposição com o socialismo marxista, que tem como base a teoria de Marx e de Engels, e sob o qual subscreve-se as chamadas experiências socialistas analisadas por este artigo, tendo em vista que esta foi a principal ideologia que regia os bolcheviques e, conseqüentemente, que capitaneou as

experiências políticas que tomaram palco nos países aqui analisados, ainda que com importantes variações em cada caso em particular.

Como evidenciado por Jeffries (1990), todos os países que possuíram uma transição socialista tinham uma economia majoritariamente agrária, com exceção da República Democrática Alemã — a Alemanha Oriental — e a Tchecoslováquia e adotaram ou basearam-se no modelo soviético de desenvolvimento, em maior ou menor grau, o que engendrou nesses países problemas similares aqueles que afligiram a União Soviética. O autor ainda resume a essência desse sistema, de maneira superficial, da seguinte forma: uma economia planejada, onde o processo de decisão a despeito da alocação de recursos era tomado em uma esfera profundamente centralizada, em que o dinheiro tinha uma função essencialmente passiva e a principal função das unidades produtivas era seguir o planejamento estatal.

Esse conceito pode ser melhor desenvolvido quando se leva em conta as considerações de Lange (1958), que se aprofunda na questão da construção do socialismo:

A experiência da construção do socialismo em diversos países indica que o estabelecimento de uma economia planejada é uma das primeiras conquistas da revolução socialista. Isso precede o pleno desenvolvimento das relações de produção socialistas, embora exija um certo mínimo dessas relações. No período de transição, quando modos de produção não socialistas ainda desempenham um papel importante, a economia já está sujeita à direção planejada de seu desenvolvimento. Isso se torna possível devido à existência na economia de um grande setor socialista que controla, como frequentemente se diz, os "postos de comando" da vida econômica. Esse é o requisito mínimo para o estabelecimento de uma economia planejada. (Lange, 1958)

Logo, como apontado pelo autor, uma economia socialista não necessariamente compreende apenas uma economia completamente planejada, já que, ainda que seja um objetivo almejado pela revolução empreendida, essa transição ocorre gradualmente e em conjunto com outros modos de produção não-socialistas que podem, ainda, desempenhar um papel importante dentro da economia, mas que, em um geral, se submete ao controle, por meio de diferentes instrumentos, do desenvolvimento do socialismo, seja por via de instrumentos econômicos ou mesmo de meios que exerçam uma força não-econômica. Aqui, tanto Lange quanto Jeffries chegam em uma conclusão similar, ou que, pelo menos, são complementares, a característica agrária onde o modelo soviético surgiu se torna um fator importante para a centralização econômica no país. Lange argumenta que a industrialização de um país socialista, pós revolucionários, é uma necessidade basal dada as condições políticas relativas à segurança nacional, especialmente no caso soviético, assim como para a superação de problemas sociais e políticos em geral que eram engendrados pelo subdesenvolvimento do Império Russo. Dadas as circunstâncias, a grande centralização do planejamento e da administração da economia era algo imposto, não necessariamente idealizado, para a resolução destas questões, isso é explicitado por dois fatores: primeiro a necessidade da concentração de todos os recursos em objetivos em específicos em prol de maior eficiência e menor desperdícios de recursos que, se não, iriam desvirtuar-se do objetivo de promover uma rápida industrialização; o segundo fator se dá na quantidade de mão de obra qualificada, especialmente em setores relativos à gestão, que são capazes de repassar esse conhecimento para os novos trabalhadores, logo, um modelo que centralize esses recursos seria capaz, também, de melhor gerenciar o treinamento de novos trabalhadores.

Essa é também uma visão endossada por Ding (2009), que ressalta que um mesmo sistema econômico pode usar de diferentes ferramentas que tem à sua disposição para a construção dessa economia de viés socialista:

Um mesmo sistema econômico pode usar diferentes formas de propriedade comum e produção planejada para atingir o objetivo da sociedade futura de Marx, a

"comunidade de livre propriedade e produção planejada". A União Soviética tinha a propriedade comum dos meios de produção, mas usava várias formas diferentes de gerenciamento, incluindo cooperativas e mecanismos de mercado limitados. (Ding, 2009)

Essa é uma das visões a qual a China, que é o maior e mais longo país socialista da atualidade, se subscreve, para além do Laos e do Vietnã, que fizeram a transição entre um país de economia socialista centralmente planejada para aquilo que hoje se é chamado de economia de mercado socialista ou, simplesmente, socialismo de mercado.

A diferença fundamental entre o socialismo e o capitalismo não reside na questão de saber se o mecanismo de planejamento ou o mecanismo de mercado desempenham um papel maior. A economia planejada não é igual ao socialismo, porque o planejamento também existe no capitalismo; da mesma forma, a economia de mercado não é igual ao capitalismo, porque o mercado também existe no socialismo. Tanto o planejamento quanto o mercado são apenas meios econômicos. (Deng, 1992)

2.2. A CARACTERIZAÇÃO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

O conceito de Cadeias Globais de Valor vem sendo trabalhado ao longo de décadas em que inúmeros pesquisadores escrutinam o processo do comércio internacional e da fragmentação da produção em decorrência da redução dos custos, não só de transação, mas também de transporte, e ao longo dos anos produziram uma gama de estudos sobre essa rede de relações que coordena a criação de grande parte tudo o que conhecemos hoje. Segundo Carneiro (2016), essas cadeias conseguem explicar todas as etapas e as atividades ali empregadas, no seu sentido mais amplo, e que estão relacionadas tanto à produção quanto a distribuição de um bem ou um serviço, não necessariamente se restringindo a parte física desse produto, como a manufatura, a fabricação e obtenção de seus insumos, das partes e dos componentes utilizados ali, mas também de todos os outros serviços de marketing, de design, de branding e mesmo do serviço de pós-compra que se aglutinam nesse mesmo processo produtivo de um único bem (ou serviço). Cada uma das partes desse processo adicionam um valor à essa produção, o que acarreta conceitos como o percentual importado de um produto exportado (ou valor estrangeiro adicionado) e a análise das exportações à partir não só do volume total das exportações anuais de um país, mas também do valor agregado pelos países nos produtos que são por ele exportado. Essa é uma visão defendida também por Zhang e Schimanski (2014), que estabelecem um relação entre a mudança que as CGVs trouxeram para a produção, onde os valores das exportações de um país deixaram de ser produzidos, em totalidade, domesticamente, e a inabilidade de agentes domésticos em obterem todos os rendimentos gerados por essas diferentes atividades produtivas, apontando que apesar de as estatísticas tradicionais que se baseiam nos números brutos do comércio internacional e na balança de pagamentos, elas estão se tornando inadequadas para se medir a verdadeira posição de um país frente à divisão internacional do trabalho e, assim, acabam por esconder a posição que os países ocupam e as vantagens comparativas que possuem.

2.3. O FIM DO SEGUNDO MUNDO

Ainda que cada um dos países, ou territórios, que são compreendidos como Ásia Socialista tinham relações próprias com esse modo de produção em particular, condicionado por suas realidades materiais, a sua geografia, sua demografia, sua situação geopolítica, é possível se traçar três tipos de movimentos que surgiram em resposta à crise sistêmica que afligiu o Bloco do Leste e colocou em cheque o modelo econômico adotado por esses estados.

O primeiro desses movimentos é a tentativa de sucessivas reformas abrangentes, de descoletivização, liquidação das empresas estatais e de reintrodução do setor privado na economia soviética que foram feitas lado a lado a uma reforma no seu modelo político. Na Ásia, esse é o reflexo mais comum nos países da Ásia Central, que eram parte integral da federação e, portanto, sujeitos diretamente à política de Moscou e seus intentos ao reestruturar a sua economia através da perestroika. Como argumentado por Collins (2009), mesmo que tenham alcançado a independência física e política, formando estados distintos, o legado soviético ainda se manifesta na fragmentação de uma economia regional que foi pensada não como organismos distintos, mas parte de um mesmo, com suas malhas de transporte completamente interligadas e, ainda, na forma em que os grupos étnicos não se restringiam dentro das fronteiras que foram materializadas com as independências de cada um desses países. Essa região, somada com a Mongólia — que, como reforçado por Davaakhuu, Sharma, & Bandara (2014), emulou o modelo soviético no país ainda que nunca tenha sido parte da federação —, presenciou medidas radicais de liberalização de suas economias, de venda das empresas estatais e de desmonte de seus estados de bem-estar social que caracterizam a tão chamada terapia de choque muito presente nos debates sobre as economias de transição do Leste Europeu. É importante pontuar que essas regiões, como demonstrada por Spechler (2004), eram as mais pobres de todo o Bloco do Leste, onde a república menos pobre da Ásia Central, o Cazaquistão, detinha um PIB per capita de U\$2,600, visão essa reforçada também por Pomfret & Anderson (2001) que adicionam o fato de que, dentro da divisão do trabalho do bloco soviético, a região era enxergada como grande produtora de recursos minerais, energéticos e têxteis, sendo essa a fundação sobre a qual as economias dos países da Ásia Central se construíram e viriam a se pautar mesmo após a independência.

O segundo desses movimentos pode ser enxergado como um movimento que é genuinamente asiático, não por eles não terem tido influência da política econômica soviética ou sofrido os efeitos do fim de sua esfera de influência, mas porque encontraram respostas próprias sobre como reagir à crise que afligiu o bloco socialista e nunca foram, de fato, vinculadas à economia soviética da mesma forma como a Mongólia ou os pós-soviéticos da Ásia Central. Em geral, esses processos tiveram início no final da década de 70, sendo o exemplo mais expressivo dessas mudanças o início da Reforma e Abertura na China em 1978 e tendo alcançado a Indochina ainda em 1986, com o Novo Mecanismo Econômico do Laos e a reestruturação da economia vietnamita que atende pelo nome de *Doi Moi* que, como é ressaltado por Worner (1989), essas não foi uma exclusividade do Laos, ou do Vietnã, mas sim a resposta para a crise sistêmica que instaurou-se em todo o bloco socialista. Hughes (1997) descreve a relação da China com a abertura ao mercado internacional como dialética, onde os chineses buscaram aprender com o mundo exterior não para importar esse modelo praticado nas economias avançadas, mas para preservar sua unicidade e a autonomia que mantiveram até então, a relação entre entender que se era necessário absorver e aprender com as experiências externas, mas ponderando que isso não significaria a capitulação da China para uma potência estrangeira, muito menos para pensamentos decadentes vindo de fora ou a disseminação de um estilo de vida burguês, como dito por Deng (1982) em seu discurso de abertura do décimo segundo congresso do partido. Logo, de acordo com Hughes, a aderência da China à globalização via um fim em si mesma, não como forma de permitir-se ser subjugada pelos ditames da hegemonia política ocidental, mas — para além do crescimento econômico e da melhoria na qualidade de vida da população — era justificada como uma forma de reforçar a visão nacionalista ao prover capacidade do país resistir e se opor a atual hegemonia internacional. É fácil notar a distinção entre o motivador do primeiro e do segundo movimento, enquanto a terapia de choque era a materialização da capitulação do Bloco do Leste para o modelo de capitalista mercado, as reformas adotadas pelos chineses, vietnamitas e laosianos podem ser enxergadas mais como uma readequação de suas economias às novas circunstâncias geopolíticas do que, simplesmente, a abdicação de suas experiências socialistas. É importante pontuar que, como argumentado por Beresford (2008), o estado vietnamita nunca teve capacidade de suprimir os mercados e a propriedade

privada da mesma forma que os soviéticos fizeram até o início das reformas e o eventual abandono da sua economia centralmente planejada. Dessa maneira, o segundo tipo de reação que os países que se subscreviam e se subscrevem ao socialismo na Ásia é caracterizado não pela capitulação e abandono de seu modelo econômico, mas sim pela readequação dele para o novo cenário que se desenhava a partir de uma série de políticas que visavam não só superar a crise imposta com o fim do Segundo Mundo, mas também proporcionar crescimento econômico — e suas benesses — que, até então, não haviam obtido sob o modelo vigente, o trabalho de Nguyen e Xing (2008) demonstra como ambos resultados eram objetivados com as reformas feitas no Vietnam.

O terceiro desses movimentos pode ser enxergado até mesmo como um não-mover, na insistência, manutenção desse modelo ou, mesmo, na inabilidade de se propor algo novo. O que foi engendrado nessa terceira e última ramificação foi, justamente, a insistência em um modelo planejado e centralmente planejado e que se foi mantido, até a atualidade, na Coreia do Norte. Ruedinger (2015) demonstra como o fim do Bloco do Leste significou para os norte-coreanos o fim, também, de suas relações comerciais. A dissolução da URSS, o principal destino de suas exportações e, mais importante, a principal origem de suas importações, isolou por completo a economia norte-coreana e, ainda mais drasticamente, impediu o acesso do país a importantes insumos tanto para a sua indústria, quanto para a sua agricultura, já que perdeu a capacidade de importar combustível e fertilizante para a realização das mais básicas atividades econômicas. A resiliência de seu modelo econômico e político foi testada por desastres climáticos que só agravaram a catástrofe humanitária a qual o país se encontrou durante a década de 90, chamada de Marcha Ádua, dado o, como descrito por Koen & Beom (2020), colapso da economia norte-coreana, o encolhimento de seu PIB em mais de 30% e uma efetiva estagnação de sua economia.

Esses três movimentos compreendem a relação que os países socialistas da Ásia estabeleceram com o paradigma que foi imposto no modelo socialista e que levou ao colapso da maior parte desse sistema no mundo, mas também explicam a forma que essas economias entenderam e reagiram a essa nova ordem hegemonia que se desenhou com o fim do segundo mundo.

3. Materiais e Métodos

Dado o contexto apresentado, esse trabalho tem como objetivo escrutinar e analisar as contribuições anteriores de diferentes autores dentro dessa temática, examinando a literatura — seja em livros, artigos, teses e entre outros materiais escritos — já existente sobre ambos os tópicos apresentados inicialmente no intuito de extrair a aplicação do conceito das Cadeias Globais de Valor nas economias visadas pelo artigo e apresentadas na primeira parte desse trabalho. Tendo esse como objetivo, a segunda parte do trabalho dialoga sobre o próprio conceito do que é uma economia socialista e apresenta a perspectiva abordada e sobre a qual se dará o trabalho, além de expor um pouco a definição do que se é propriamente uma CGV para efeito de clareza conforme o termo é aplicado no desenvolvimento do artigo. A terceira parte do trabalho trará para a luz o contexto em qual essas economias se encontraram e como se deu suas eventuais aberturas para o mercado internacional, o IDE e a sua integração na divisão internacional de trabalho, assim como a nova relação que assumem frente à fragmentação da produção internacional e que leva até a quarta parte, onde os impactos desses movimentos são analisados para que possam ser devidamente debatidos e examinados para, só então, serem levados para uma conclusão na quinta e última parte desse trabalho que irá apresentar as considerações finais sobre o tema.

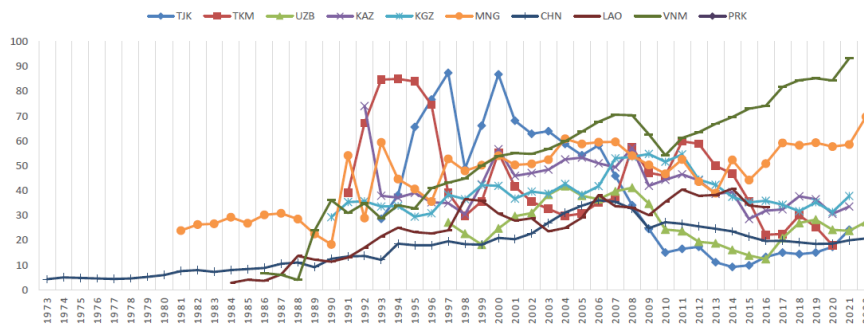
4. Resultados e Discussões

A discussão apresentada sobre a inserção das economias dos países socialistas da Ásia, ou das economias dos países pós-socialistas da Ásia, nas Cadeias Globais de Valor, primeiro, precisa atender a uma questão importante e que é necessária para se sustentar qualquer argumento em relação a esse

fenômeno, isto é, quais foram as políticas aplicadas por esses países para que pudessem ser incluídos nessa cadeia de produção que cada vez mais se fragmentava no mundo. No tocante a este ponto, o primeiro grupo analisado, apesar da similaridade das abordagens adotadas para se findar o modelo socialista, demonstrou uma pluralidade de medidas que visavam, em maior menor grau, abrir os países para o investimento estrangeiro, como debatido por Ashurov et al (2020), o IDE já era visto como uma forma de tornar mais fácil a transição de uma economia centralmente planejada para uma economia de mercado. Paswan (2013) pontua o Quirguistão como sendo o país que adotou as mudanças mais radicais em sua política de liberalização de sua economia, tornando-se um membro da OMC ainda em 1998, todavia, mesmo assim, o país não se destacou como destino dos investimentos estrangeiros na região. Todavia, um determinante muito mais relevante do que as reformas e os incentivos concedidos pelos governos, que continuam sendo um fator importante, e que foi evidenciado pelo trabalho de Ashurov et al, são a presença de recursos naturais que possam ser economicamente explorados por esses investidores e que são exclusivos apenas a alguns países, isso é o que explica, em geral, o Cazaquistão e posteriormente o Turcomenistão se tornaram os maiores hospedeiros desse capital estrangeiro da Ásia Central, todavia, esses investimentos se centram, majoritariamente, em setores em específicos, como o petróleo e o gás, que foram os alvos de 70% de todo o IDE aplicado no território cazaque no ano de 2009 (Republica do Cazaquistão, 2010). A capacidade de atração destes investimentos por esses países parece emular a categorização feita por Spechler (2008), que subdivide a região em países petro-dependentes, não-dependentes e dependentes, onde tanto o Quirguistão quanto o Tadjiquistão, ambos dependentes, demonstram menor capacidade de atrair esse capital estrangeiro em comparação com suas contrapartes que detém importantes reservas de recursos energéticos e/ou minerais, como o exemplo mongol demonstra.

O segundo grupo, por outro lado, não adotou o mesmo regime de liberalização dos investimentos externos como o praticado pelos países pós-soviéticos, menos ainda uma privatização em massa de todas as empresas públicas, pelo contrário, em geral, tanto a China, quanto o Vietnã e o Laos, ainda que tivessem privatizado parte de suas estatais, optaram pela manutenção de grandes empresas, quando não a consolidação de empresas menores em uma única firma, e adotaram reformas mais graduais em seu modelo econômico. Aqui, o exemplo mais palpável é, justamente o chinês, onde a sua abertura através de suas Zonas Econômicas Especiais são quase uma demonstração material dessa escolha feita pelo seu governo, isso fica evidente com aquilo que é apontado por Yeung, Lee, & Kee (2009), que descrevem a forma com que as quatro primeiras ZEE criadas na China foram destino de 60% de todo o IDE realizado no país e isso motivou a expansão e criação de novas áreas similares dentro de seu território a partir de 1984 e consolidando aquilo que Breslin (2007) viria a chamar de economia dual, onde os mecanismos adotados pelo governo isolavam o mercado em que o IDE era fomentado e aplicado daquele mercado doméstico. Em geral, seja na experiência chinesa, seja da vietnamita ou mesmo na norte-coreana, a ida dessas instalações produtivas se centrava em setores que eram intensivos em trabalho, como o têxtil ou o químico, como observado por Nguyen et al (2007), Kim (2016) e também por Nguyen (2019), onde os insumos eram trazidos do exterior, processados nacionalmente e então destinados ao mercado externo, prática reforçada por medidas como a permissão de que o IDE seja aplicado em um setor considerado restrito ou mesmo proibido pelo governo chinês — em geral setores estratégicos ou onde existisse um concorrente nacional — caso se houvessem garantias de que a totalidade da produção oriunda desse investimento estrangeiro fosse exportada. A maior dissonância entre esses grupos pode ser observada com o padrão de investimento que o Laos captou, apesar de ter adotado medidas similares ao de seus vizinhos, China e Vietnã, o país não foi alvo de IDE em sua manufatura, mas, como pontuado por Phommahaxay (2013), segundo dados do Ministério de Planejamento e Investimento do Laos, os investimentos se concentravam expressivamente em infraestrutura para a geração de energia hidrelétrica nas águas do Rio Mekong e, em menor grau, em projetos ligados à mineração. Essa disparidade pode ser explicada pela percepção que os investidores tinham do Vietnã no momento de sua abertura, enxergando-o inicialmente como um mercado consumidor em potencial e apenas posteriormente trocaram essa perspectiva por uma que visava aproveitar a mão de obra vietnamita que era mais barata apesar de ter um alto grau de especialização, como discutido por Freeman (2002).

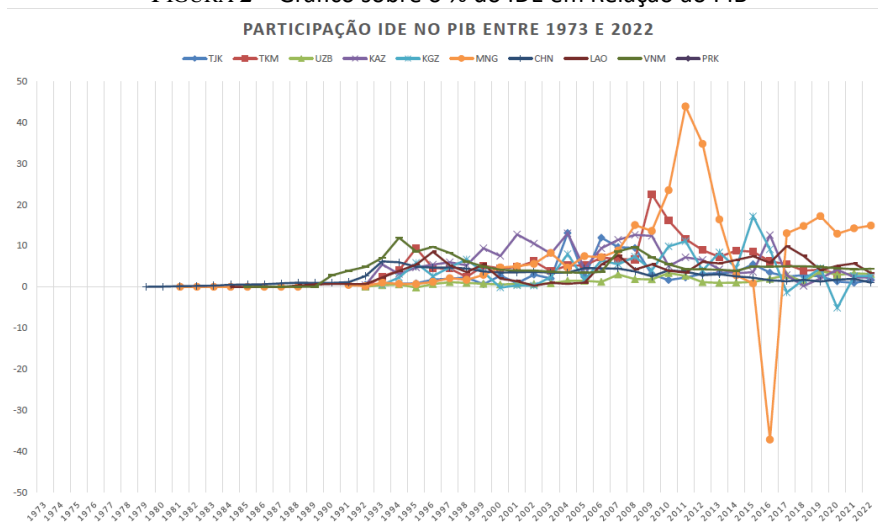
FIGURA 1 – Gráfico sobre o % das Exportações em Relação ao PIB
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO PIB ENTRE
1973 E 2022



FONTE: Elaboração própria, dados do Banco Mundial (2023)

A Figura 1, demonstra que a abertura das economias destes países em meados dos anos 90 significou um aumento na expressão das exportações na composição do PIB, em maior ou menor grau, onde países que dependem de atividades intensiva em capital, e não necessariamente as intensiva em trabalho, como a Mongólia ou o Turcomenistão, tiveram uma participação maior das exportações em seu produto interno do que países que não foram alvos de IDE em setores como o de petróleo e gás ou da mineração, como o Uzbequistão e a China e o exemplo mais extremo disso é, justamente, o da Mongólia, onde os investimentos estrangeiros são parte crucial no PIB do país, tendo a atingir um montante de mais de 40% de todo o PIB nacional e assim tornam o país extremamente dependente da adoção de medidas que incentivem e forneçam garantias para os seus possíveis investidores ao mesmo tempo que aumentam a vulnerabilidade de sua economia aos intentos desses mesmos investidores, a queda drástica do IDE entre 2010 e 2016 no país, como mostrado no Figura 2, levou o país à apresentar primeiro um crescimento menor e posteriormente até mesmo um decréscimo em seu PIB. A maior evidencia dessa disparidade pode ser extraída da comparação entre a Mongólia e o Vietnã, que estão em dois opostos extremos dos processos produtivos, uma intensiva em capital, outra em mão de obra, apesar das exportações representarem a maior parte de seu PIB. De acordo com os dados apresentados por Nguyen & Xing, com base no Ministério do Comércio do Vietnã, o setor do óleo e indústria pesada e o setor da indústria leve receberam a maior parte do IDE desde a abertura de sua economia, ainda sim, esses investimentos nunca assumiram uma posição tão expressiva na composição do PIB nacional, flutuando em torno da média de 4,6% no período entre 2012 e 2022, ao mesmo tempo que, na Mongólia, essa mesma média, no mesmo período, foi superior a 13%, quase o triplo do valor vietnamita.

FIGURA 2 – Gráfico sobre o % do IDE em Relação ao PIB
PARTICIPAÇÃO IDE NO PIB ENTRE 1973 E 2022

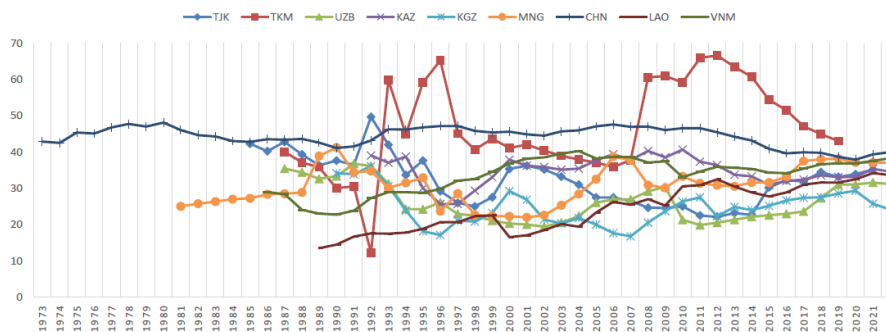


FONTE: Elaboração própria, dados do Banco Mundial (2023)

Todavia, para além da expansão do comércio exterior e o crescimento do investimento estrangeiro nesses países, uma das mudanças mais significativas nas economias socialistas e pós-socialistas foi a mudança drástica na composição de seus PIBs em geral. É observável como tendência a diminuição da participação da agropecuária em todos os países analisados de acordo com os dados do Banco Mundial, assim como o crescimento da participação dos serviços nessa composição, mas a variável mais importante é justamente na contribuição da indústria para a formação desse dado. É observável certa variação entre as economias discutidas aqui neste artigo, como observável no Figura 3, contudo, quando colocado sob a luz do Figura 4, que mede a participação apenas da indústria manufatureira, a mesma divisão entre as economias integradas à antiga União Soviética e as economias que adotaram as reformas graduais em conjunto com a adoção de incentivos para uma produção intensa em mão de obra. Todos os países da Ásia Central, juntos à Mongólia, passaram por uma redução vertiginosa de seu setor manufatureiro, sendo o exemplo mongol o mais drástico, onde, em menos de dez anos, a participação desse setor da economia diminuiu, de 32,7% em 89 para 7,6% em 96, todavia, esse movimento não foi acompanhado por uma queda da participação da economia como um todo no PIB mongol, dado o crescimento da contribuição da mineração que, mesmo hoje, é responsável pela maior parte da participação da indústria na economia do país.

FIGURA 3 – Gráfico sobre o % da Indústria em Relação ao PIB

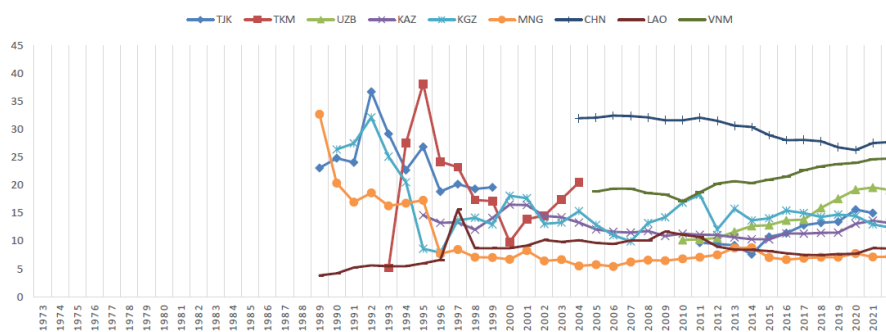
PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA COMPOSIÇÃO DO PIB ENTRE 1973 E 2022



FONTE: Elaboração própria, dados do Banco Mundial (2023)

FIGURA 4 – Gráfico sobre o % da Manufatura em Relação ao PIB

PARTICIPAÇÃO DA MANUFATURA NA COMPOSIÇÃO DO PIB ENTRE 1973 E 2022



FONTE: Elaboração própria, dados do Banco Mundial (2023)

Ainda que nos períodos anteriores a queda do segundo mundo a Ásia Central e a Mongólia fossem vistas como origem de insumos primários, de baixo valor agregado, e que compunham a parte mais básica do mercado soviético, a inserção desses países na Cadeia Global de Valor apenas ressaltou essa posição ainda mais, efetivamente desmontando o setor industrial manufatureiro, leve ou pesado, que existia na região. Tanto a China, quanto o Vietnã e até mesmo o Laos, em menor escala, foram capazes de manter não só a mesma participação da indústria em seu PIB, como também observar, especialmente no caso vietnamita, um crescimento da manufatura dentro desse setor em específico.

5. Conclusão

Como mostrado no decorrer do artigo, a forma com que cada uma das economias respondeu ao colapso do bloco soviético foi plural, variando desde a natureza de seus modelos produtivos, os recursos naturais e humanos existentes em seus territórios e mesmo as suas relações já existentes com o primeiro e o terceiro mundo. Em geral, a segregação da Ásia Socialista e sua inserção nas CGVs podem ser consolidadas em duas abordagens distintas, primeiro aquelas economias que se desindustrializaram e se desfizeram de suas empresas estatais, atraindo o IDE para atividades capital-intensivas e que buscaram adotar reformas abrangentes e que não se limitaram apenas na propriedade privada de empresas ou em relação ao seu sistema cambial, diferentemente do segundo grupo dos países analisados, nominalmente a China, o Vietnã e o Laos, que apesar de adotarem medidas diferentes, como a ênfase em joint ventures dos chineses ou a preservação de grande parte das estatais no Vietnã, possuíram resultados próximos: uma industrialização crescente, a manutenção da participação das manufaturas em sua economia e exportações que não se centravam majoritariamente em commodities, ambas as coisas fruto do incentivo a instalação de indústrias que orientava a sua produção, geralmente intensiva em mão de obra, à exportação.

Referências

- ASHUROV, S., OTHMAN, A. H., ROSMAN, R. b., & HARON, R. b.. **The determinants of foreign direct investment in Central Asian region: A case study of Tajikistan, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Turkmenistan and Uzbekistan (A quantitative analysis using GMM)**. Russian Journal of Economics 6. 30 de Junho de 2020. p. 162–176.
- BERESFORD, M. **Doi Moi in Review: The Challenges of Building Market Socialism in Vietnam**. Journal of Contemporary Asia. 2008. 38:2 (p. 221-243).
- BRESLIN, S. **China and the Global Political Economy**. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan. 2007.
- CARNEIRO, F. L.. **Fragmentação Internacional da Produção e Cadeias Globais de Valor**. Brasília: IPEA. 2016.
- COLLINS, K. **Economic and Security Regionalism among Patrimonial Authoritarian Regimes: The Case of Central Asia**. 2009. Europe-Asia Studies. p. 249–281.
- DAVAAKHUU, O., SHARMA, K., & BANDARA, Y. M.. **Foreign Direct Investment in a Transition Economy: Lessons from the Experience of Mongolia**. Global Business Review. 2014. p. 663–675.
- DENG, X. **Discurso de Abertura do Décimo Primeiro Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês**. Beijing, China. 1 de Set de 1982.
- DENG, X. **Excerpts from Talks Given in Wuchang, Shenzhen, Zhuhai and Shanghai**. Wuchang, Shenzhen, Zhuhai e Shanghai. 18 - 21 de Janeiro - Fevereiro de 1992.
- DING, X.. **The Socialist Market Economy: China and the World**. Science & Society, Vol. 73, No. 2, China: Socialism, Capitalism, Market: Why Not? Where Next?. 2009. p. 235-241.
- FREEMAN, N. J. **Foreign Direct Investment in Vietnam: An Overview**. DfID Workshop on Globalisation and Poverty in Vietnam. Hanoi. 2002.
- HERRSCHEL, T. **Global Geographies of Post-Socialist Transition: Geographies, Societies, Policies**. New York: Routledge. 2006.
- HUGHES, C. R. **Globalisation and Nationalism: Squaring the Circle in Chinese**. Millennium: Journal of International Studies. 1997. p. 103-124.

JEFFRIES, I. **A Guide to the Socialist Economies**. Routledge. 1990.

KIM, K.-h. **Impacts of Foreign Direct Investment on the Most Centralized: Country: Evidence from Gaeseong Industrial Complex in North Korea**. *Thunderbird International Business Review*. 2016. p. 58 (305-316).

KOEN, V., & BEOM, J. **North Korea: The Last Transition Economy?** OCDE Economics Department Working Papers. 2020.

LANGE, O. **The Role of Planning in Socialist Economy**. *Indian Economic Review*, Vol. 4, No. 2. 1958. p. 1-15.

NGUYEN, T., & XING, Y. **Foreign Direct Investment and Exports: The Experiences of Vietnam**. 2008. 16((2)).

NGUYEN, N., & NGUYEN, T. 2007. **Foreign Direct Investment in Vietnam: An Overview and Analysis the Determinants of Spatial Distribution Across Provinces**. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=999550> Acesso em 5 de Novembro de 2023.

NGUYEN, T. **FDI in Vietnam**, 2019. disponível em La Salle University Digital Commons: <https://digitalcommons.lasalle.edu/undergraduateresearch/57> Acesso em 5 de Novembro de 2023.

PASWAN, N. K. **Investment Cooperation in Central Asia: Prospects and Challenges**. *India Quarterly*. 2013. p. 13–33.

PHOMMAHAXAY, A. **Impact of FDI on Economic Growth of Lao PDR**. Vientiane: Mekong Institute. 2013.

POMFRET, R., & ANDERSON, K. **Economic Development Strategies in Central Asia since 1991**. *Asian Studies Review*. 2001. p. 185-200.

RUEDIGER, F. **North Korea's Foreign Trade**, 2015. disponível em 38 North: <https://www.38north.org/2015/10/rfrank102215/> Acesso em 5 de Novembro de 2023.

SHARIATI, A. **And Once Again Abu-Dhar**. 1972.

SPECHLER, M. C. **Central Asia on the Edge of Globalization**. *Challenge*. 2004. p. 62-77.

SPECHLER, M. C. **The Economies of Central Asia: A Survey**. *Comparative Economic Studies*. 2008. p. 30-52.

WORNER, W. **Economic Reform and Structural Change in Laos**. *Southeast Asian Affairs*. 1989. p. 187-208.

YEUNG, Y.-m., LEE, J., & KEE, G. **China's Special Economic Zones at 30**. *Eurasian Geography and Economics*. 2009. p. 222–240.

ZHANG, L., & SCHIMANSKI, S. **Cadeias Globais de Valor e os Países em Desenvolvimento**. *Boletim de Economia e Política Internacional*. Set./Dez. de 2014. p. 74-92.